

## **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **8.1 - Caracterização da entidade**

#### **8.1.1 - Identificação**

Município de Celorico da Beira  
Rua Sacadura Cabral  
6360-350 Celorico da Beira  
N.º de Identificação Fiscal – 506 849 635

#### **8.1.2 - Legislação**

A Lei n.º 2/2007, de 15 Janeiro estabelece o regime financeiro dos municípios.

O n.º 1 do artigo 3º do mesmo diploma determina que o Município de Celorico da Beira tem património próprio, cuja gestão compete aos respectivos órgãos. Os nº2 e 4 do artigo 3º do referido diploma determinam os poderes dos órgãos do Município.

O nº1 artigo 4º do mesmo diploma estabelece ainda que o Município de Celorico da Beira está sujeito às normas consagradas na lei de Enquadramento Orçamental e aos princípios e regras orçamentais e de estabilidade orçamental.

A participação da autarquia nos recursos públicos visa o equilíbrio financeiro vertical e horizontal. O equilíbrio financeiro vertical visa adequar os recursos de cada nível de administração às respectivas atribuições e competências, enquanto que o equilíbrio horizontal pretende promover a correcção de desigualdade entre autarquias do mesmo grau, resultantes de diferentes capacidades de arrecadação de receitas ou diferentes necessidades de despesa.

A repartição de recursos públicos entre o Estado e os municípios é obtida através de uma subvenção geral determinada a partir do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) de 25,3% de média aritmética simples da receita proveniente dos impostos sobre as pessoas singulares (IRS), sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) e sobre o valor acrescentado (IVA); uma subvenção específica a partir do Fundo Social Municipal (FSM) correspondente às despesas relativas, às competências transferidas da administração central para os municípios; uma

participação variável de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial.

O Endividamento autárquico baseia-se em princípios de rigor e eficiência, na prossecução dos objectivos de minimização de custos directos e indirectos a longo prazo; garantir a distribuição equilibrada de custos pelos vários orçamentos anuais; na prevenção de excessiva concentração temporal de amortização; e não exposição a riscos excessivos.

O limite do endividamento líquido total do Município não pode exceder no final de cada exercício 125% do montante total das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da parcela fixa da participação no IRS e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior. Os municípios que não cumpram o limite anterior deverão reduzir, em cada ano subsequente em 10% a menos do que no ano anterior, até que o mesmo seja cumprido.

O limite dos empréstimos do município no final de cada ano não pode exceder 100%, do montante total das receitas mencionadas para o endividamento líquido total, sendo que quando este limite for ultrapassado os municípios deverão proceder à redução do endividamento em 100% a menos do que no ano anterior, até que o mesmo seja cumprido.

O regime relativo à contabilidade das autarquias locais visa a sua uniformização, normalização e simplificação, de modo a constituir um instrumento de gestão económico-financeira, permitir o conhecimento completo do valor contabilístico do respectivo património, bem como a apreciação e julgamento das respectivas contas anuais.

A contabilidade das autarquias locais respeita o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), podendo ainda dispor de outros instrumentos necessários à boa gestão e ao controlo do dinheiro e outros dos activos públicos.

As contas anuais dos municípios e das entidades associativas municipais que detenham capital em fundações, empresas municipais, intermunicipais ou sociedades anónimas devem ser verificadas por auditores externos, que reporta à Assembleia Municipal.

### **8.1.3 - Estrutura organizacional efectiva**

O aviso n.º 9765/2004 (2ª série) de 16 de Dezembro, vem regulamentar a estrutura e organização dos serviços municipais. De acordo com o capítulo I, o regulamento define os objectivos, a organização e os níveis de actuação dos serviços do Município de Celorico da Beira, bem como os princípios que os regem e respectivo funcionamento, nos termos e respeito pela legislação em vigor.

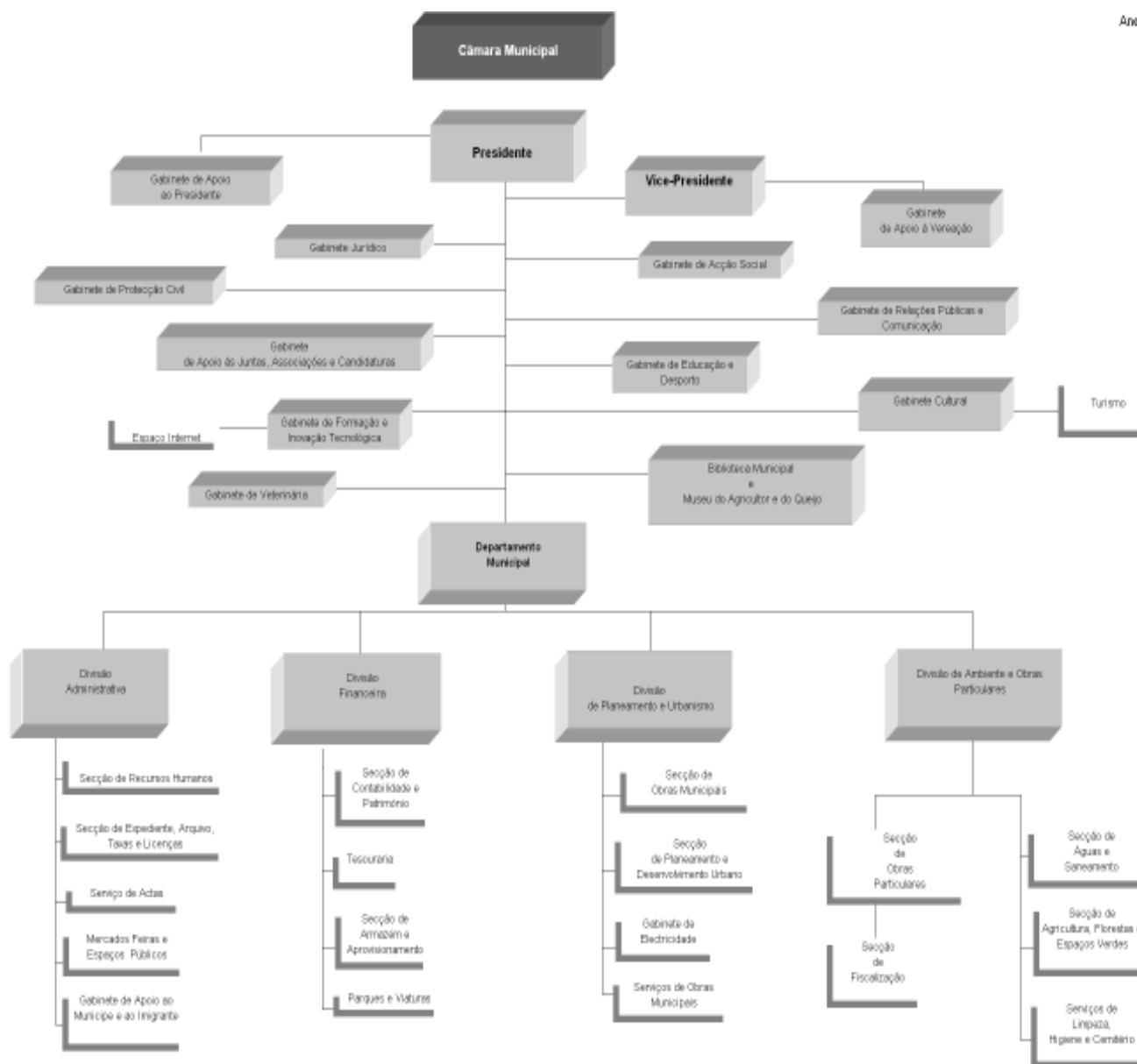
O Município e os seus serviços prosseguem, nos termos e formas previstas na lei, fins de interesse público municipal, tendo como objectivo principal da sua actividade a melhoria das condições gerais de vida e dos interesses próprios da população do concelho.

A estrutura orgânica dos serviços municipais, competências e atribuições genéricas fazem parte integrante do aviso atrás mencionado, sendo que a estrutura orgânica dos serviços municipais se divide em Divisões, Secções e Serviços, que podem observar-se no organograma do Município de Celorico da Beira e cujas atribuições, objectivos e competências estão previstas na parte relativa à "Estrutura Orgânica" do Município de Celorico da Beira constante do aviso referido.

Compete à Assembleia Municipal, conforme a alínea c), do n.º 1 do artigo 53º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, acompanhar e fiscalizar a actividade do Município.

## Organograma

Anexo I



#### **8.1.4 - Descrição sumária das actividades**

O objectivo estratégico do Município de Celorico da Beira passa pela promoção do bem-estar da população e a qualificação do concelho, assentes na valorização dos recursos, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável e de participação dos cidadãos. Para a prossecução destes objectivos a sua actividade baseia-se na matriz de competências e atribuições definidas no Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterado pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e Lei n.º 159/900, de 14 de Setembro, respectivamente.

#### **8.1.5 - Recursos humanos**

Os responsáveis pela gerência em análise são:

<b>Nome</b>	<b>Função</b>	<b>Período de responsabilidade</b>
José Francisco Gomes Monteiro	Presidente	01-Janeiro a 31-Dezembro de 2007
José Luís Saúde Cabral	Vice-Presidente	01-Janeiro a 31-Dezembro de 2007
António Graça Silva	Vereador	01-Janeiro a 31-Dezembro de 2007
Helder Bruno da Fonseca Gomes	Vereador	01-Janeiro a 31-Dezembro de 2007
Rui Jorge Pinto Correia	Vereador	01-Janeiro a 31-Dezembro de 2007

#### **8.1.6 - Organização Contabilística**

A autarquia dispõe de procedimentos contabilísticos adequados às suas necessidades, descritos na Norma de Controlo Interno.

A informação contabilística é disponibilizada mensalmente; diariamente é confrontado o resumo diário de tesouraria e os registos contabilísticos validando a sua conformidade.

Os sistemas informáticos utilizados pelo Município de Celorico da Beira relacionados com a contabilidade são: o Sistema de Contabilidade Autárquica (SCA), Sistema de Gestão de Tesouraria (SGT), Sistema de Inventário e Cadastro Patrimonial (SIC), Obras por Administração Directa (OAD), Sistema de Gestão de Stocks (GES), Controlo de Obras Públicas (COP) e Sistemas de Taxas e Licenças (TAX) da Associação Informática de Região Centro.

#### **8.1.7 - Outra informação relevante**

O Município de Celorico da Beira submeteu, conforme disposto no n.º1 do art.47º da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro, as contas do exercício de 2007 a análise de um auditor externo.

## **8.2 - NOTAS AO BALANÇO E A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

**8.2.1 – Indicação e Justificação das disposições do POCAL que, em casos excepcionais, devidamente fundamentados e sem prejuízo do legalmente estabelecido, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos no Balanço e Demonstração de Resultados, tendo em vista a necessidade de estes darem uma imagem verdadeira e apropriada do Activo, do Passivo e dos Resultados da Autarquia Local.**

Não Aplicável.

**8.2.2 – Indicação e comentário das contas do Balanço e da Demonstração de Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.**

### **BALANÇO**

#### **Activo**

A coluna AP passou a registar valores relativos a provisões para dívidas de cobrança duvidosa.

A rubrica 271 – Acréscimos de proveitos passou a registar, comparativamente com o ano anterior, o valor das receitas a cobrar no exercício seguinte, relativas ao exercício de 2007. Encontram-se especializadas as receitas relativas a juros bancários, impostos, participações devidas no âmbito de candidaturas.

#### **Passivo**

No exercício de 2007 passou-se a distinguir no Balanço os valores das dívidas a terceiros de curto prazo e de médio e longo prazo de todas as rubricas e não apenas dos empréstimos de médio e longo prazo.

Nas dividas de terceiros de médio e longo prazo, a rubrica 2614 - Fornecedores Imobilizado – Médio e longo prazo encontram-se registadas dívidas em acordos de pagamento a regularizar em exercícios futuros.

Nas dívidas de terceiros de curto prazo, a rubrica 2311 – Empréstimos de curto prazo regista o valor do empréstimo de curto prazo e das amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo a realizar no exercício seguinte.

A rubrica 273 – Acréscimos de custos passou a registar o valor da estimativa das Férias, Subsidio de Férias e respectivos Encargos Sociais do exercício de 2007 a pagar no ano seguinte.

### **Fundos Próprios**

A rubrica 59 – Resultados Transitados foi movimentada pela regularização de valores de anos anteriores e pela transferência de obras, realizadas pela Câmara Municipal, para a EMCEL.

## **DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

### **CUSTOS E PERDAS**

Passou-se a registar o valor dos custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas.

### **PROVEITOS E GANHOS**

Nada a referir.

### **8.2.3 - Critérios valorimétricos e contabilísticos**

#### **Imobilizações**

Foram contabilizados os bens móveis cuja aquisição ocorreu durante o ano 2007. Igualmente foram registados todos os bens imóveis de domínio público ou privado, ainda não transferidos, cuja recepção tenha ocorrido até ao final do ano de 2007. Todos os registos foram realizados ao custo de aquisição ou construção.

### **Investimentos Financeiros**

Estão registados ao valor de realização.

### **Imobilizações corpóreas**

Foram registadas ao custo de aquisição ou no caso das grandes reparações e beneficiações, pelo seu custo real.

Os activos do imobilizado obtidos a título gratuito estão registados pelo valor resultantes da avaliação ou o valor patrimonial, definidos nos termos legais ou, caso não exista disposição aplicável, pelo valor resultante da avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza desses bens. No caso deste critério não ser exequível, o imobilizado assume o valor zero até ser alvo de uma grande reparação, assumindo então o valor desta.

### **Imobilizações em Curso**

Estão registadas ao custo de aquisição ou construção e são transferidas para imobilizado no momento da recepção provisória.

### **Bens de domínio público**

Os bens de domínio público da responsabilidade da autarquia, são classificados como tal, sempre que a autarquia seja responsável pela sua administração e controlo, com excepção dos bens do património histórico artístico e cultural, são valorizados sempre que possível, ao custo de aquisição ou construção, com base nos mesmos critérios definidos para o Imobilizado Corpóreo.

### **Amortizações**

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, com base nas taxas máximas de amortização decorrentes das tabelas da Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril.

### **Acréscimos e Diferimentos**

Os custos e os proveitos são reconhecidos contabilisticamente à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

### **Dívidas de terceiros e a terceiros**

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

### **Disponibilidades**

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes em numerário, cheques e vales postais e saldos de todas as contas bancárias.

#### **8.2.4 - Cotações utilizadas na conversão em moeda portuguesa de transacções em moeda estrangeira**

Em 2007 o Município procedeu à conversão de 1.509,66€ em dólares à taxa de câmbio de 0,75€ a fim de obter 2000\$ por motivos de representação dos serviços no estrangeiro. O valor do fundo foi totalmente reposto em euros e no fim do ano não se encontrava moeda estrangeira em caixa.

#### **8.2.5 - Resultado Líquido**

Em conformidade com as disposições estabelecidas no POCAL – 2.7.3 – Notas Técnicas – concretamente no que se refere ao ponto 2.7.3.1 – Resultado Líquido do Exercício, compete ao órgão deliberativo, mediante proposta fundamentada do órgão executivo, a aprovação da aplicação do Resultado Líquido do Exercício.

#### **8.2.6 – Comentário às contas 431 – Despesas de Instalação e 432 – Despesas de Investigação e Desenvolvimento.**

A conta 432 – Despesas de Investigação e Desenvolvimento regista valores de aquisição de projectos elaborados e concluídos.

#### **8.2.7 - Movimentos do Imobilizado Bruto e Amortizações**

##### **Imobilizado Bruto**

(Ver mapa em anexo)

##### **Amortizações**

(Ver mapa anexo)

#### **8.2.8 - Cadastro do Imobilizado**

Face à extensão dos documentos suporte e dado a informação global estar patente nos respectivos quadros, optou-se por não incluir o mencionado mapa neste ponto do POCAL, encontrando-se disponível no Sector de Património da autarquia a informação referente a este ponto.

#### **8.2.9 – Indicação dos custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.**

Não Aplicável.

#### **8.2.10 – Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do Imobilizado.**

Não Aplicável.

#### **8.2.11 – Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações.**

Não Aplicável.

**8.2.12 – Relativamente às Imobilizações corpóreas e em curso, deve indicar-se o valor global, para cada uma das contas, de:**

**Imobilizações em poder de terceiros, incluindo bens de domínio público cedidos por contrato de concessão, em conformidade com o estabelecido no presente diploma.**

Não Aplicável.

**Imobilizações implantadas em propriedade alheia.**

Não Aplicável.

**Imobilizações reversíveis.**

Não Aplicável.

**8.2.13 – Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respectivos valores contabilísticos.**

Nº Invent.	Descrição	Conta POCAL	V. Aquisição / V. Bruto	Amortizações Acumuladas	V. Líquido do Exercício
35574	Izusu NQR 12-20-VB77L –5C (cabine dupla)	424	37185.36€	18055.23€	19324.54€
35575	Izusu NPR 12-26-VB 77L –5C (cabine dupla)	424	33815.16€	16326.02€	19306.45€
35576	Izusu NPR 77L –5C (cabine dupla) 12-30-VB	424	31966.29€	15332.40€	16659.99€
35577	Izusu NKR77L–5D 13-03-VB	424	29042.15€	14106.76€	15112.01€
35578	Iveco Eurotech 28-36-UH	424	94582.01€	55930.76€	39316.09€
35579	Opel Movano (9Lug) 13-22-VB	424	30910.80€	18868.82€	12229.97€
35580	Opel Movano (9Lug) 12-36-VB	424	28700.00€	17984.50€	10903.49€
35581	Renault Laguna 28-43-TA	424	22472.12	22760.77€	0€
35582	Iveco Minibus 42-66–VB	424	49918.72€	18847.43€	32531.66€
35583	Volvo (autocarro) 43-81-xh	424	157117.63€	59463.01€	99688.04€
35584	Mitsubishi L200 STRAKAR 71-95-SV	424	21695.55€	12793.79€	9709.26€
35585	BMW 525D 86-37-TB	424	50634.73€	29644.99€	21803.34€

**8.2.14 - Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.**

A relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, encontra-se disponível na Secção de Património e Aprovisionamento da autarquia.

**8.2.15 - Bens de domínio público que não são objecto de amortização**

De acordo com o previsto no Pocal e nas tabelas anexas à Portaria n.º 671/2000, 17 de Abril, que regulamentam as taxas de amortização dos bens imobilizados, os terrenos e recurso naturais, bem como os bens do património histórico, artístico e cultural não são alvo de amortizações.

**8.2.16 - Designação das entidades participadas**

Designação	Sede	Participação	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Ano
Águas do Zêzere e Côa	Guarda	-	5.651.503,69€	-764.445,39€	2005
ADRUSE	Gouveia	2%	152.836,69€	43.050,78€	2005
WRC - Web Reg. Centro Agência Des. Regional, SA	Curia	0.24%	679.541,00€	-70.394.97€	2007
Empresa Municipal Celoricense, EM	Celorico da Beira	100%	1.480.608,00€	1.896,39€	2007
CESAB	Mealhada	-	554.577,53€	79.026,13€	2005
Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	Lamego	-	139.333,49€	-5.217,79€	2006
Associação Nacional de Municípios Portugueses	Coimbra	-	653.316,48€	-110.467,53€	2007
Associação de Municípios da Cova da Beira	Covilhã	-	2.716.419,01€	66.646,14€	2007
Associação de Informática da Região Centro	Coimbra	-	2.222.816,64	998.149,90€	2007

**8.2.17 - "Títulos negociáveis"**

O Município de Celorico da Beira não dispõe de investimentos em títulos negociáveis

**8.2.18 - "Outras aplicações financeiras"**

Não Aplicável.

**8.2.19 – Indicação Global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do Activo Circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respectivos preços de mercado.**

Não Aplicável.

**8.2.20 – Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do activo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado.**

Não Aplicável.

**8.2.21 – Indicação e Justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do activo circulante, relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.**

Não Aplicável.

**8.2.22 – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.**

O valor das dívidas de cobrança duvidosa no final do exercício de 2007 ascende 9.519,99€, relativa a Clientes, contribuintes e utentes de cobranças duvidosa.

**8.2.23 – Valor global das dívidas Activas e Passivas, respeitantes ao pessoal da Autarquia Local.**

Não existem dívidas activas ou passivas para com o pessoal da autarquia.

**8.2.24 – Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com a indicação dos direitos que conferem.**

Não Aplicável.

**8.2.25 - "Estado e outros entes públicos"**

Não existem dívidas incluídas na conta Estados e outros entes públicos em situação de mora.

**8.2.26 - Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas**

(Ver mapa anexo)

**8.2.27 Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício, de acordo com o quadro seguinte**

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
<b>291 – Para cobrança duvidosa</b>	0,00€	9.316,06€	0,00€	9.316,06€
<b>TOTAL</b>	<b>0,00€</b>	<b>9.316,06€</b>	<b>0,00€</b>	<b>9.316,06€</b>

Registou-se uma correcção para valores de anos anteriores de 1.266,44€ e um reforço de provisões de 8.049,62€.

**8.2.28 – Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da Classe 5 "Fundo Patrimonial", constantes do Balanço.**

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
<b>Património</b>	12.706.625,37€			12.706.625,37€

<b>Reservas Legais</b>	5.645,16€			5.645,16€
<b>Res. Transitados</b>	-1012.404,57€	1.022.787,55€	1.262.682,56€	-1.252.299,58€
<b>Total</b>	<b>11.699.865,96€</b>	<b>1.022.787,55€</b>	<b>1.262.682,56€</b>	<b>11.459.970,95€</b>

Durante o ano 2007 registaram-se movimentos de aumentos e diminuições na conta 59 – Resultados Transitados, com a seguinte justificação:

Nos aumentos foram registados os valores da transferência de resultados do exercício anterior, a regularização de valores de comparticipações, as existências iniciais em armazém, a renda e concessão do 4º trimestre de 2006, comparticipação recebida para obras em edifícios da EMCEL e fachadas de Linhares da Beira e o IMI de anos anteriores cobrado em 2007.

As diminuições correspondem ao valor das Férias, Subsídio de Férias e respectivos Encargos Sociais do ano 2006; Encargos Sociais relativos aos vencimentos de Dezembro de 2006, regularização de custos de 2006 não especializados e transferência das obras das fachadas, Centro Social Fornotelheiro e da EMCEL para os proprietários dos bens.

#### **8.2.29 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas**

Não aplicável.

#### **8.2.30 - Demonstração da variação da produção**

Não aplicável.

#### **8.2.31 - Demonstração de resultados financeiros**

(Ver mapa anexo)

#### **8.2.32 - Demonstração dos resultados extraordinários**

(Ver mapa anexo)

### **Outras informações**

Por lapso não foram contabilizados nas contas do Município 62.000€ de acréscimos de custos, referentes ao subsídio à exploração atribuído à EMCEL - Empresa Municipal de Celorico da Beira em 2007, mas que só foram pagos em 2008 e que foram contabilizados como acréscimo de proveitos nas contas da empresa municipal.